

Tempos autoritários e militância intelectual: posicionamentos políticos e temas sensíveis na Revista História Hoje (2017-2019)

Authoritarian Times and Intellectual Militancy: Political Positions and Sensitive Themes in the História Hoje Journal (2017-2019)

Tiago Alinor Hoissa Benfica*

RESUMO

O artigo aborda quatro edições da *Revista História Hoje*, que estiveram sob a editoria de Paulo Eduardo Dias de Mello, entre os anos de 2017 e 2019. O trabalho examina a relação texto-contexto do campo político e a área do ensino de História, e identifica nos textos os objetos chamados de “temas sensíveis”. A análise demonstrou forte desconforto dos autores com as políticas públicas e alterações institucionais promovidas pelo governo federal após o *impeachment* de Dilma Rousseff, assim como se nota que a área de ensino de História bradava por estratégias de enfrentamento aos retrocessos do campo educacional, mais evidentes nas esferas das relações da democracia e liberdade de ensino e nas políticas de reparação étnico-raciais. Por fim, a análise dos “temas sensíveis” demonstra que o trato com o passado das ditaduras no Brasil é ainda um ponto bastante frágil no ensino da história. Palavras-chave: liberdade de ensino; valores controvertidos; axiologia.

ABSTRACT

The article discusses four editions of the *História Hoje Journal*, which were under the editorship of Paulo Eduardo Dias de Mello, between 2017 to 2019s. The paper examines the text-context relationship of the political field and the area of History teaching; and identify in the texts the objects called “sensitive topics”. Many authors demonstrated strong discomfort with public policies and institutional changes promoted by the federal government after the impeachment of president Dilma Rousseff, as well as it can be noted that the area of History teaching cried out for strategies to face the setbacks in the educational field, more evident in the spheres of the relations of democracy and freedom of education and in the policies of ethnic-racial reparation. Finally, the analysis of “sensitive topics” shows the issues with the past of dictatorships in Brazil is still a very weak point in the teaching of history. Keywords: teaching freedom; controversial values; axiology.

* Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, Sinop, MT, Brasil. tiagoalinor@gmail.com

Este texto aborda quatro edições da *Revista História Hoje* (RHHJ), instrumento da Associação Nacional de História (Anpuh), destinada a publicações referentes à área do ensino de História, tendo sido analisadas as de número 12 a 15, que estiveram sob a editoria de Paulo Eduardo Dias de Mello, professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), entre os anos de 2017 e 2019. A análise tomou a Revista como um *locus* que permite visualizar o “estado da arte” da área do ensino de História.

O trabalho inicia com o exame da relação texto-contexto, para entender os fenômenos do campo político na apreciação dos autores quando eles se posicionaram frente aos avanços e retrocessos do ensino na esfera das políticas pública; faz-se uma análise da seção “Entrevista” dos números analisados, e busca-se identificar nos textos os objetos chamados de “temas sensíveis”.

Os artigos da *Revista História Hoje* refletem o contexto histórico do Brasil e expõem um aumento com as preocupações “políticas”, observadas a partir dos títulos dos dossiês de 2018, ano em que a “polarização” política e o avanço da ideologia¹ da direita reacionária alcançou seu auge, devido à forma que foram realizadas as eleições presidenciais, que culminou na vitória de Jair Messias Bolsonaro. O desprazer com o resultado das eleições demonstra ser maior até mesmo do que o *impeachment* de Dilma Rousseff, concluído em agosto de 2016.

O local institucional dos organizadores dos dossiês da revista e dos autores dos artigos concentraram-se nas regiões Sudeste e Sul. O estado do Rio de Janeiro foi o que apresentou o maior número de autores, com 29%, seguido do Rio Grande do Sul, com 20%. Na terceira colocação está o Paraná, com 14% dos autores, seguido de Minas Gerais, com quase 8%, e destoando do eixo Sul-Sudeste, o estado de Pernambuco, com quase 6% dos autores. Esses cinco estados totalizaram 70% dos autores com vínculos institucionais nesses lugares. Note-se que foi computado o número de autores, e não o de trabalhos, pois há artigos escritos em dois ou mais autores, e alguns destes se encontravam vinculados a diferentes estados do país. A grande maioria dos autores é constituída por professores universitários, seguidos de estudantes da pós-graduação; poucos são os casos de autores sem vínculo com alguma universidade pública. Na gestão Paulo Mello, não deixa de ser relevante a presença de autores estrangeiros, originários de Portugal, da Espanha, do Chile, e, sobretudo, da Argentina,

trazendo referenciais teóricos e até mesmo abordagens diferentes das praticadas pela historiografia do ensino de História no Brasil.

O CONTEXTO POLÍTICO NOS TEXTOS DOS ORGANIZADORES DA REVISTA HISTÓRIA HOJE

Os textos da RHHJ apresentaram certo desconforto por ter que discutir as regras do jogo da validade do conhecimento histórico para o público não acadêmico, em um momento em que os critérios de verdade haviam perdido antigos parâmetros e estavam sendo manipulados por grupos políticos reacionários; observava-se, no contexto da cultura e da política, ameaças de censura e de controle, de se retirar a liberdade de ensino dos professores. Como contraponto àquele contexto, o editor buscou palavras que sintetizavam o momento: “era da pós-verdade”, “do engano e da mentira”, do “pós-censura”, da crise da credibilidade da imprensa entre os intelectuais, que se tornaram muito mais desconfiados a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff, considerado um golpe parlamentar por muitos historiadores.² Essa desconfiança foi aprofundada com a avalanche de informações manipuladas por grupos de extrema-direita que exerceram certa hegemonia também nas redes sociais acessadas por brasileiros. Em várias ocasiões, essa nova forma de sociabilidade era caracterizada como um espaço perigoso, que mais desinformava do que informava, onde a razão e o espírito inquisitivo do procedimento científico eram relegados às crenças e preconceitos de apelo emotivo.

No terceiro editorial, publicado após o resultado das eleições presidenciais de 2018, havia um mal-estar nítido demonstrado nas palavras do historiador Paulo Mello, que se perguntava: “que tempos são estes?”. Essa edição teve como dossiê o título *PNLD: Memórias, tensões e desafios*, que refletia os ataques sofridos pelo programa de avaliação de livros didáticos. Os tempos eram tristes, sombrios, apreensivos, e nesse texto o editor observa o ingresso de novas palavras para tentar explicar os fenômenos do presente: emerge o termo “negacionismo”, cujo sentido já estava sendo timidamente contemplado pela palavra “revisonismo”, numa acepção negativa. Parece que o termo “revisonismo” ainda sugere a possibilidade de diálogo, onde se observa algumas regras para o debate acadêmico; já o “negacionismo” encerra essa possibilidade, sendo algo a ser identificado e combatido.

O último editorial escrito por Paulo Mello já não apresentava um cenário tão pessimista – diferentemente dos artigos, que eram “mais antigos” do que o texto do editorial, pois levam certo tempo entre o envio do original e a publicação. É provável que a mudança de tom se deva à percepção de que as ameaças recebidas de grupos reacionários nos anos anteriores não se efetivaram. Tal alteração também pode refletir a experiência de pertencer a um grupo de resistência, e a visualização da continuidade do grupo já contribui para a manutenção de um sentimento de alento. Junto a esses elementos, começava a surgir um precoce desgaste de Bolsonaro frente à grande imprensa nacional, e um esboço de imagem extremamente negativa desse governo no cenário internacional, sobretudo, a respeito das questões ambientais. Por fim, o editorial se encerra com a notação de uma conquista, a nota de avaliação da revista foi elevada para o *Qualis A3*.

Os proponentes dos dossiês almejavam ampliar a combatividade do ensino de História frente às injustiças sociais e a violação de direitos, ancorada nos valores dos Direitos Humanos, demonstrando postura política diante dos temas sensíveis, como, por exemplo, “tortura, escravidão, maioridade penal, movimentos migratórios, corrupção, liberdade de expressão, democracia e o papel do Estado na sala de aula” (ANDRADE; GIL; BALESTRA, 2018, p. 5).

Na apresentação do número 14 da revista, há a explicitação de posicionamentos políticos por parte das organizadoras, e essa é a apresentação que trouxe o maior número de páginas escritas. Nela, o *impeachment* de Dilma Rousseff foi chamado de “golpe parlamentar”. Neste texto, há um clima de desconfiança com relação às últimas mudanças no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), e se percebe um tom de resistência na narrativa, uma postura defensiva das autoras. Com relação aos avanços obtidos no campo da educação nas últimas décadas, elas são seguras ao mencioná-los: “as principais transformações ocorrem no campo da formação cidadã, apontando claramente para a ideia de inclusão das populações marginalizadas, como os povos afrodescendentes e indígenas, aliada à abordagem das mulheres como sujeitos atuantes da História” (OLIVEIRA; CAIMI, 2018, p. 16).

Na última edição pesquisada, de número 15, com o dossiê sobre História Pública, os organizadores discutiram acerca dos espaços de ensino e divulgação do conhecimento histórico, assim como sobre o papel do historiador. O principal incômodo demonstrado pelo dossiê era sobre a conjuntura do tempo

presente, mais especificamente o fenômeno da manipulação do conhecimento histórico por ideologias neoconservadoras. No texto, a problemática do negacionismo é apontada, embora não seja propriamente historicizada. Os historiadores brasileiros demonstram inconformidade com o crescimento das *fake news*, difundidas, sobretudo, a partir das redes sociais e de aplicativos de mensagens instantâneas, manipulados por grupos políticos adeptos a ideologias reacionárias. Para coroar o estarrecimento dos intelectuais, o próprio presidente da República se encarregava de divulgar *fake news* em seus discursos, além de seus filhos e ministros de Estado do primeiro escalão, incorrendo na manipulação ou falsificação do passado. Um exemplo disso pode-se observar no ato de “associar o nazismo à esquerda política, relativizar a existência da escravidão no Brasil ou, até mesmo, condenar qualquer discussão sobre direitos humanos” (HERMETO; FERREIRA, 2019, p. 11).

Nos artigos analisados, quase dois terços deles ressaltam a liberdade de expressão docente como condição para a coexistência em um processo democrático e o respeito às diferenças, no qual as temáticas identitárias são as mais relevantes. Agrupando-se os textos que discutem, direta ou indiretamente, questões de identidade étnico-racial, um terço dos artigos se dedicam a essas questões – também descritas sobre o binômio racismo-escravidão e temáticas indígenas. Em menor número, mas não menos importante, estão as questões de gênero e a atenção aos valores democráticos, repudiando a censura, a tortura, e o autoritarismo, que assumem relevo na disputa pela memória.

O CONTEXTO POLÍTICO E A POSTURA DE QUATRO AUTORAS NA SEÇÃO ESPECIAL “ENTREVISTAS”

A edição da RHHJ de número 12 traz a entrevista de Alessandra Carvalho, professora de História do Colégio de Aplicação da UFRJ. Nela se destacam as impressões sobre os embates das versões da BNCC da área de História, sobretudo acerca da derrota da primeira versão da disciplina de História, defendida por muitos especialistas do ensino de História devido à tentativa de propor um currículo não eurocêntrico, mas criticada por setores mais conservadores e até mesmo por historiadores de universidades renomadas no Brasil. Contudo, tal iniciativa trouxera vários questionamentos, dentre eles: “como os professores da educação básica participam da discussão e da elaboração daquilo que eles

terão a responsabilidade de ‘tornar real’ em sala de aula?”. Por fim, a inovação, proposta por especialistas do ensino de História, foi rechaçada, “retomando a proposta tradicional do ensino de História prescrita a partir da perspectiva do ‘Ocidente” (CARVALHO, 2017, p. 124-125).

Outro tema tratado durante a entrevista foi o do uso de documentos históricos na sala de aula. Para Alessandra Carvalho, esse recurso pode “proporcionar aos alunos o contato com a alteridade marcante das sociedades humanas, como identificar mudanças em relação ao seu próprio tempo e espaço [...] [e] construir noções de temporalidade” (CARVALHO, 2017, p. 128). O contexto da política brasileira fez-se presente com a demonstração da desconfiança daquela situação, uma dificuldade de leitura e de orientação temporal e, mesmo com o crescimento do autoritarismo, a necessidade de preservar e promover valores democráticos foi uma constante: “Não há como esperar alunos defensores da democracia se eles não vivenciam, no seu cotidiano, uma experiência democrática” (CARVALHO, 2017, p. 129).

Na edição de número 13, a entrevistada foi a historiadora argentina Vera Carnovale, e desta vez entrevista teve um título: *A dor do outro como tema nas aulas de História*, sendo a entrevista com o maior número de páginas publicadas nos números analisados da RHHJ. Como ela trouxe uma abordagem diferenciada para o ensino de História, a entrevista recebeu aqui mais atenção do que as demais. Ela também demonstra as singularidades da política de memória da Argentina com relação ao seu passado autoritário/ditatorial e o ensino da história.

Dentre as muitas possibilidades de destaque na leitura da entrevista de Carnovale, pode-se observar o posicionamento metodológico da entrevistada: “buscar sempre a desnaturalização (de realidades, de valores, de conceitos etc.), a compreensão, a explicação; aquela interrogação do porquê e como as coisas chegaram a ser como são e não apontar como deveriam ter sido...” (CARNOVALE, 2018, p. 184).³ O leitor pode se surpreender com a ausência de uma defesa ideológica explícita da autora, mesmo sendo ela uma pesquisadora que tem como objeto a esquerda política na Argentina, ainda mais por ela criticar certas maneiras de se veicular discursos ideológicos na escola: “na maioria das vezes, a denúncia de teor político suplanta a análise crítica do passado” (CARNOVALE, 2018, p. 188).

As palavras de Vera Carnovale, nas edições pesquisadas da RHHJ, são as

que mais refletem uma postura não reativa frente às polêmicas sociais da era da “pós-verdade”, de modo diverso à axiologia⁴ veiculada nas discussões do ensino de História no Brasil. Por exemplo, ela visualiza, no ensino de História, o lugar privilegiado para se contemplar o papel do dissenso nas interpretações sociais do passado, e chega a questionar posturas que apresentam um alto grau de engajamento de parte do professorado: “E agora destaco este último pois uma situação que também se configura comumente na prática do ensino de temas controversos que considero alarmante: que a sala de aula se transforme em um espaço de doutrinação” (CARNOVALE, 2018, p. 196).

Em comparação ao caso argentino, tendo em vista contextos políticos diferentes, no Brasil, raros ou praticamente inexistentes são os casos nos quais a literatura sobre ensino de História admite, na postura de alguns docentes, a existência de discursos que poderiam ser chamados de “doutrinadores”. Em nosso país, o fenômeno da “doutrinação” não é um problema reconhecido no campo educacional, mas sim uma categoria acusativa da direita reacionária para tentar deslegitimar interpretações e posicionamentos políticos dos professores em sala de aula. A maioria dos textos analisados nas quatro edições sob a editoria de Paulo Mello se posicionam veementemente contra as denúncias de que professores promoveriam “doutrinação” em suas aulas, rechaçando tais argumentos na intenção de resistir a posturas que visam promover a censura dos professores, o que poderia tolher a natureza da liberdade do ensino.

Mesmo assim, a postura de Carnovale poderia levantar desconfiças frente aos adeptos de uma história mais combativa ou com uma pragmática axiologicamente orientada. Ela, no entanto, não difere quanto aos objetivos do ensino e até mesmo se aproxima da teoria da “consciência histórica”: “a História se propõe como uma disciplina destinada a conhecer o passado para compreender o presente e mudar o futuro” (CARNOVALE, 2018, p. 187). Na mesma direção da análise, o objeto de estudo da autora apresenta uma visão de mundo que refuta práticas autoritárias e realiza um trabalho de valoração dos traumas sociais:

No caso argentino, é o passado recente, não em vão e bastante eloquentemente denominado, também, o “passado que dói” ou a “história que dói”, o que se constituiu como tema sensível e/ou abriga uma pluralidade de temas sensíveis. E isto, em princípio, porque a modalidade e natureza da repressão planejada e

executada pelo Estado implica um verdadeiro rompimento civilizatório toda vez que transgrediu os princípios éticos que fundamentam a existência e preservação de uma comunidade. (CARNOVALE, 2018, p. 189)

Com essas ponderações, Carnovale apresenta outra linha de reflexão a respeito das modalidades de posicionamento político do professor em sala de aula, uma perspectiva pouco explorada na literatura do ensino de História brasileira:

Existe um artigo que, mesmo tendo minhas próprias reservas, recomendo para debater este problema, é o de Jaume Trilla Bernet: “Educación y valores controvertidos” (1995). Lá o autor, a partir de uma diferenciação entre o que ele denomina valores compartilhados; contravalores e valores controvertidos, estabelece objetivos de ensino e aponta quando a educação deve ser “combativamente positiva”, quando “combativamente negativa”, quando deve manter uma “neutralidade positiva”. Insisto: ainda com minhas reservas que não vem ao caso, creio que pode ser de utilidade para pensar o problema do posicionamento docente. (CARNOVALE, 2018, p. 197)

A visão de Carnovale sobre o papel do ensino amplia as possibilidades de uma ação não prescritiva, uma vez que as possibilidades de intervenção do professor são postas em perspectiva relacionando os jogos de poder. Nesse sentido, ela pondera sobre o papel do dissenso no ensino de História: “certamente que isso não é fácil, é e será conflitivo, desperta e vai despertar desconforto, rispidez”. De modo a orientar sua linha de reflexão, a professora assinala a necessidade de “se debater mais institucionalmente (o professor costuma se encontrar muito sozinho diante dos dilemas que o tratamento dessas questões acarretam) os critérios que estabelecem posicionamentos legítimos em sala de aula” (CARNOVALE, 2018, p. 197). Desta forma, a entrevistada busca pensar o espaço de atuação do professor, não apenas a partir das prescrições epistemológicas e/ou axiológicas, mas sim, tendo em vista o local institucional do qual o docente faz parte, para daí traçar os espaços de liberdade e as linhas de entrincheiramento de certos valores:

O fato de que o professor tenha pessoalmente uma posição determinada ou tome clara posição a respeito de um tema ou problema controverso; que essa posição

possa ser eventualmente explicitada, não é equivalente a dizer que é correto ou legítimo converter a aula em tribuna doutrinária na qual o professor determina verdades irremediáveis e dita qual é uma postura correta e qual não é. (CARNOVALE, 2018, p. 196)

A partir da reflexão do local institucional do docente, Vera Carnovale é propositiva quanto ao papel desse agente, afirmando a necessidade de espaço do dissenso de valores, sem que isso seja confundido com relativismo, e ainda recoloca em discussão o papel da autoridade do professor: “é o portador, o representante na escola, digamos, dos enunciados públicos a transmitir” (CARNOVALE, 2018, p. 199). Na mesma direção, seus argumentos tornam-se mais contundentes quanto a defesa e o cultivo dos valores democráticos:

Como abordar, então, um ensino polifônico? Todas as vozes e todos os enunciados podem circular pelo espaço público da aula? Devem ter legitimidade na escola aquelas vozes que demandam crimes que a justiça nacional e internacional julgou como de “lesa humanidade”? [...] A lei emanada do Estado de direito funciona como limite do admissível e o crime não é. (CARNOVALE, 2018, p. 198)

Uma “inovação” que se observa na entrevista de Carnovale é o uso do termo “negacionista”.⁵ Carnovale é contundente quanto ao posicionamento que o professor deve ter contra os crimes praticados pelo Estado. No entanto, não bastariam as denúncias sobre o passado, tendo a autora ressaltado a necessidade da reflexão dialética para, nesse caso, se observar a permanência de atitudes não democráticas no tempo presente, uma vez que ela assinala a

dimensão ética do ensino da história que converte o conhecimento adquirido em interrogações que se voltam sobre a própria sociedade, sobre o próprio sujeito ou grupo envolvido: quais valores, ideias, pressupostos ou condutas de cada sujeito apoiam os cenários passados. (CARNOVALE, 2018, p. 202)

A edição de número 14 da RHHJ trouxe a entrevista com Junia Sales Pereira para uma discussão a respeito do dossiê *O PNLD em perspectiva*, realizada pelas professoras Sandra Regina Ferreira de Oliveira e Flávia Eloisa Caimi. Junia Pereira apresentou as instâncias que seccionam o PNLD e criticou as mudanças ocasionadas em 2018 que concentravam poderes no Ministério

da Educação (MEC), diminuindo o papel das universidades públicas, anteriormente corresponsáveis pela avaliação. Outra crítica feita por Junia Pereira foi o atrelamento do PNLD às determinações da BNCC que, segundo a mesma, reduziria o “espectro de uso do livro didático em sala de aula, transformando-o em único e, mais, em currículo prescrito” (PEREIRA, 2018, p. 163). Duas outras críticas pontuais são, ainda, direcionadas ao PNLD: “A face negativa evidentemente diz respeito ao baixo investimento em projetos editoriais dissonantes, mais ousados e mais criativos” (PEREIRA, 2018, p. 167) e “o PNLD, como programa, não fortaleceu os coletivos docentes para além do momento específico da escolha das obras” (PEREIRA, 2018, p. 169). Não obstante as críticas, a entrevistada ressalta a defesa e o desenvolvimento do programa:

No Brasil há uma tendência à subvalorização do trabalho autoral de livros didáticos [...] guarda relação com os critérios de avaliação da Capes, que praticamente não pontua escrita de livros didáticos nos processos de avaliação da pós-graduação. Mas, a meu ver, além desse ponto, há algo mais amplo, que diz respeito ao lugar que o livro didático ocupa na cultura literária e social brasileira: um lugar invisível, menor ou, pior, um lugar desvalorizado [...]. O Guia do livro didático poderia ser acompanhado de outras publicações de orientação aos docentes, difusão de boas práticas de uso dos livros didáticos e valorização do papel do livro didático na cultura escolar [...] poderia haver coletivos autorais situados nas universidades, com obras produzidas em parceria entre centros pedagógicos, escolas da educação básica e faculdades de Educação. (PEREIRA, 2018, p. 167-170)

Na edição de número 15, a entrevistada foi Marieta de Moraes Ferreira, com o título articulado ao dossiê: “Uma trajetória em (o que hoje chamamos) História pública”. A entrevista foi promovida por Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira, também organizadores do dossiê.

Marieta Ferreira compara a recepção do termo “História pública” à sua corrente teórica: “na historiografia francesa, com a qual eu me aproximo mais e me identifico, não existe isso de História pública” (FERREIRA, 2019, p. 227). Não obstante, a entrevistada pondera sobre alguns espaços que esse campo ocupar-lhe-ia:

acho que a História pública tem uma contribuição, principalmente no caso do ensino, mas também para outras atividades: preservação ambiental, patrimônio, educação patrimonial [...] Acho que tem uma dose de risco, quando você acha que qualquer pessoa, qualquer cidadão está habilitado e legitimado para escrever um trabalho, digamos, científico sobre história. (FERREIRA, 2019, p. 228)

Nos últimos anos, em que o conhecimento acadêmico foi acusado de ser apenas uma versão da realidade produzida a partir de um viés ideológico, os historiadores parecem estar reagindo em duas frentes: a afirmação do método científico empregado nas pesquisas, e a ampliação das preocupações com a transposição didática, com o conhecimento que é dirigido ao grande público. A próxima seção deste trabalho aborda algumas questões que tiveram avanço na área do ensino de História e outras que precisam ser rediscutidas para se visualizar novas estratégias de ação. Outras contribuições da entrevista de Marieta Ferreira foram dispostas mais adiante neste trabalho.

A IDENTIFICAÇÃO DOS “TEMAS SENSÍVEIS” E AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Esta seção é dedicada a identificar quais são os “temas sensíveis” abordados nos textos analisados entre 2017 e 2019. Por isso, não houve um aprofundamento acerca das discussões conceituais ou teóricas identificadas. Apesar disso, verificam-se duas categorias teóricas que sintetizam os objetos discutidos: aqueles relacionados ao relativismo cultural, ou seja, discussões acerca do etnocentrismo e diversidade étnico-racial e de gênero, que são majoritários nos objetivos verificados e provém da Antropologia Cultural; e as preocupações com o autoritarismo, que se desdobram nos estudos sobre as formas de violência, ligadas ou não ao Estado, sobretudo a violência física, e são provenientes da História Cultural do político. Em comum a todas elas, está o desejo de liberdade ou a tentativa de romper com as forças que reproduzem as estruturas sociais e as relações de poder.

Por “temas sensíveis”, entende-se as discussões no ensino de História que são socialmente vivas, objetos de controvérsia no tempo presente e expressam confronto de interesses e valores (GIL; EUGENIO, 2018); são politicamente sensíveis por serem carregados de emoção, tensos na esfera social. No intuito

de se proceder uma classificação, apontam-se aqueles períodos históricos que se concentram os objetos de discussão, tais como: o “nazifascismo” e o “holocausto”; o binômio “racismo-escravidão” (indígena e negra) que traz as demandas atuais de promoção da diversidade étnica; a “diversidade de gênero”; as “ditaduras militares”, que também incluem a manipulação ideológica por meio de “*fake news*” e “*fake history*”⁶. Outro tema muito sensível, que passou quase ausente, diz respeito à “diversidade religiosa”, mais especificamente sobre a intolerância religiosa por parte de cristãos, desde os católicos conservadores às novas igrejas/seitas ligadas à Teologia da Prosperidade, que miram sobretudo o confronto com as religiões de matriz africana. Certo é que a temática dos temas sensíveis que mais possui artigos publicados é a da “diversidade étnica”, sobretudo, a afro-brasileira.

Há alguns trabalhos que manifestaram discussões dos temas sensíveis por meio do gênero textual “biografias”. Um deles é o artigo “Pensar o passado, narrar a história dos afrodescendentes na Bahia: recontando a vida de Maria Felipa de Oliveira no ensino fundamental” que se utiliza da biografia de heróis pouco lembrados na historiografia como recurso de ensino (NASCIMENTO, 2019, p. 273). O artigo “Folhas de ébano: (auto)biografias de escravizados e ensino de história” possui quase que um conjunto de resenhas de biografias escritas por ex-escravizados, cuja maior parte das publicações são oriundas dos Estados Unidos, num esforço de visualizar o protagonismo dos negros na história. O trabalho apresenta as obras a partir de uma estética positiva, qual seja: uma narrativa articulada a demonstrar uma condição de superação, a busca pela liberdade, além das denúncias de injustiça e o fomento do sentimento de alteridade (SILVA, 2018).

Na edição de número 12 da *Revista História Hoje*, dois textos foram selecionados para a seção reservada aos relatos de caso, a “História Hoje na sala de aula”.⁷ São os textos, “Projeto Pipoca Clássica: o uso do cinema como ferramenta para discussão e ensino da Antiguidade Clássica” e “Entretecendo leituras: o protagonismo de mulheres negras e o uso de cordéis nas aulas de história da EJA do Colégio de Aplicação da UFRGS”. Ambos os trabalhos abordam e criticam a pouca visibilidade dos negros na História, calcados nos objetos recortados: o negro na Antiguidade Clássica e as mulheres negras na História brasileira. Nos textos, a discussão de gênero é articulada para marcar a ausência do protagonismo de mulheres. No final do texto “Entretecendo

leituras...”, na seção de anexo, há um breve roteiro e um texto para ser utilizado como ponto de partida para projetos nas escolas, uma sugestão didática às salas de aula (MACHADO; ABREU, 2018).

O texto “E o racismo no Vidigal?: reflexões sobre a promoção da igualdade racial orientadas pelo ensino da história e da matemática a partir de recursos digitais” também é um relato de caso, uma experiência interdisciplinar, entre História e Matemática. Na finalização do trabalho, os autores relatam uma contradição de suas expectativas: “Constatamos, primeiramente, a dificuldade dos alunos em reconhecer o racismo como uma prática disseminada em seu cotidiano” (SOUZA; MACHADO, 2018, p. 258). Alguns moradores da comunidade negavam a existência de práticas racistas, algo reafirmado pelos autores a partir da contextualização dos dados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outro elemento presente nas discussões dos temas sensíveis é a denúncia ao eurocentrismo, embora poucas vezes seja explicitado o que deveria ser rejeitado e o que deveria permanecer desse conjunto de valores culturais. As denúncias contrárias ao ensino com tendências eurocêntricas se justificariam, refletindo o perfil da militância política, às questões didático-pedagógicas “em prol de uma História pertinente para a realidade do aluno, ou seja, a História do Brasil [...] bem como a ignorância relativa aos avanços epistemológicos na área do ensino de História” (RAMOS; CAINELLI; OLIVEIRA, 2018, p. 72-73). No texto “As sociedades indígenas nos livros didáticos de História: entre avanços, lacunas e desafios”, as próprias autoras evidenciam algumas posições divergentes e tomam partido do “multiculturalismo crítico”, na condição de uma concepção cientificamente mais avançada ou superior às outras ideologias: o “multiculturalismo humanista liberal (ou liberal conservador)” (RAMOS; CAINELLI; OLIVEIRA, 2018, p. 66) e o “multiculturalismo liberal mais progressista” (RAMOS; CAINELLI; OLIVEIRA, 2018, p. 69).

As discussões que se dirigem contra o etnocentrismo europeu receberam outras contribuições de pesquisadores portugueses em outro trabalho, no qual o espaço do dissenso foi mais bem garantido. Por exemplo, os autores do artigo deixaram espaço para vozes divergentes dos defensores da teoria do “multiculturalismo crítico”. Essas vozes denunciavam uma “abordagem moralizadora da história da escravidão e do colonialismo – e a sua semântica moralizadora da ‘culpa’”. Tais posições expressam-se frequentemente em acu-

sações de ‘viés ideológico’, ‘falta de cientificidade’, ‘militantismo’ e até de ‘paixão’ àqueles que criticam o *status quo*” (ARAÚJO; RODRIGUES, 2018, p. 126).

Sobre a temática identitária da diversidade racial, na Argentina, Marisa Pineau (2018) argumenta que a história indígena recebe mais atenção do que a história da África. Nos textos analisados, o país vizinho parece não exibir tantos problemas identitários como o Brasil. A crítica ou a necessidade de se recusar os padrões eurocêntricos não foi encontrada, embora a autora se questione acerca da continuidade da representação social do “paradigma da homogeneidade racial e social” do seu país (PINEAU, 2018, p. 132). De tal modo, na Argentina, o estudo da história da África teria como motivação não uma necessidade de fornecer argumentos para as injustiças sociais presentes no próprio país, mas sim “por uma inclinação universalista que abarca o mundo em seu conjunto, em um afã enciclopédico, uma marca que tem o ensino da história não apenas na Universidade de Buenos Aires, mas também no conjunto das universidades da Argentina” (PINEAU, 2018, p. 133). Mas qual seria, então, a necessidade de se pesquisar e ensinar a história da África na Argentina? Ao concluir o artigo, Marisa Pineau responde: “Estas matérias, ainda que não estejam dedicadas por completo à história africana e apelando a um afã universalista atuam como uma emenda em um currículo clássico e eurocêntrico, permitem muitas possibilidades de ação aos docentes” (PINEAU, 2018, p. 137).

No caso brasileiro, alguns autores dos textos consultados apontaram que o tratamento da temática indígena ainda se coloca como o componente mais frágil no conjunto das obras didáticas aprovadas para a disciplina de História. As críticas se direcionam à homogeneização e generalização da concepção de “índio”, o que levaria o aluno a compreender que os grupos indígenas tivessem a mesma crença, “fizessem a mesma pintura, agissem e pensassem da mesma forma, desconsiderando a identidade cultural de cada povo e as especificidades religiosas complexas de cada comunidade” (PEREIRA; MIOTO; NODA, 2018, p. 54). Mesmo com esses problemas, os avanços também são notados: [os livros didáticos] “mostram as lutas, as resistências, o protagonismo indígena no passado e no presente, e já não trazem os indígenas como grupo homogêneo, nem como sujeito presente apenas no período da colonização” (RAMOS; CAINELLI; OLIVEIRA, 2018, p. 82).

O gênero de biografias também aparece quando se aborda a temática da ditadura militar no Brasil, ao tratar da trajetória do professor “Rubim Santos

Leão de Aquino (1929-2013): ensino e militância política na trajetória de um professor de história”. O referido docente atuou profissionalmente no ensino médio e se destacou em cursinhos pré-vestibulares. O texto destaca seu envolvimento com a militância política de esquerda, sua intensa jornada de trabalho e voluntarismo para questões sociais, além de ter sido escritor de livros didáticos. Este trabalho possui valor exemplar para comparar o padrão de sensibilidade do professor de História existente na fase de redemocratização e o tempo presente, conforme destaca a autora:

No lugar da ética revolucionária, passa a imperar uma nova sensibilidade, mais preocupada com o desenvolvimento da própria carreira profissional, focada nas avaliações externas ou entre pares, turbinada pela busca incessante de produtividade e pela competitividade. [...] Esta vem sendo caracterizada pela valorização exacerbada do “eu”, pelo declínio das visões totalizantes de mundo, pela valorização dos meios de comunicação de massa e do mercado e, finalmente, pela recusa a qualquer utopia. (XAVIER, 2019, p. 295)

Nos textos de autoria argentina, o principal trauma histórico nacional apontado foi a ditadura militar. Por isso, eles trouxeram alguns conceitos-chave que também auxiliam a reflexão sobre o contexto brasileiro como, por exemplo, o conceito de “terrorismo de Estado” e a “teoria dos dois demônios”,⁸ assim como uma abordagem um pouco diferenciada dos Direitos Humanos (GONZÁLEZ, 2018). Tal situação da Argentina permite uma comparação com o Brasil e os traumas do passado ditatorial, relacionada aos lugares de memória,⁹ algo que em nosso país recebeu pouco investimento do Estado democrático. Há ainda um texto escrito em português que acompanha o mesmo raciocínio, realizando uma comparação quanto ao modo em que os países da América Latina lidam no currículo escolar com o passado ditatorial, e faz uma crítica à historiografia didática brasileira:

os movimentos de resistência e a luta armada são apresentados superficialmente, e o estabelecimento de relações com outros países se resume à citação dos nomes dos países que também passaram por ditaduras no mesmo período. As Forças Armadas aparecem homogeneizadas na categoria de “militares”. (BALESTRA, 2018, p. 96)

Já sobre o tema sensível do passado das ditaduras militares no Chile, um texto destacou o papel da Igreja Católica e da Teologia da Libertação na transição do regime militar para a democracia. No Chile, uma articulação internacional, utilizando-se dos valores dos Direitos Humanos, contribuiu para o desfecho da ditadura e a punição do ex-presidente ditador:

O motivo alegado para a solicitação de extradição [do general Augusto Pinochet] era “por crime de terrorismo, genocídio e tortura” [...] a prisão significou para muitas pessoas indecisas quanto à avaliação do regime ditatorial, reconhecer a violação aos Direitos Humanos durante este tempo. (LEYTON; AGUSTÍ; LARA, 2018, p. 122-123)

Alguns textos mostram que a cultura do autoritarismo parece ter sido pouco discutida e enfrentada pelo ensino de História – apesar do consenso e da defesa dos valores democráticos. Um deles faz um alerta ao professor que, ao abordar questões da violência na escola, teria suas dificuldades agravadas pela atmosfera externa à sala de aula. Não bastassem as mídias tradicionais – rádio e TV –, agora se somam as redes sociais,¹⁰ canalizando discussões complexas mediante a “simplificação e a rejeição do debate relativo ao tema, reduzindo as discussões à assertiva ‘direitos humanos é coisa de quem defende bandido’” (NUNES; ANDRADE, 2018, p. 54). Tal fenômeno foi denominado por Eduardo Nunes e Juliana Andrade (2018) de “filosofia dateniana”, em referência a José Luiz Datena, popular apresentador de TV, crítico de muitas políticas públicas e do funcionalismo público, propagador de soluções enérgicas e mesmo violentas para o “restabelecimento da ordem” no Brasil.

A crítica e a desconfiança direcionada às redes sociais, que foram manipuladas pela direita reacionária nas últimas eleições e consultas públicas em vários países do mundo, estimulou pesquisas como forma de resistência política e entendimento dos fenômenos sociais contemporâneos. No dossiê sobre História Pública, o artigo de Escosteguy Filho identifica as manifestações e estratégias ideológicas da direita reacionária como um movimento revanchista às conquistas das políticas de reparação étnico-raciais e aos incômodos trazidos pela *Comissão da Verdade* nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), quando se avançaram demandas de grupos sociais ancoradas em uma interpretação libertária dos Direitos Humanos. A pesquisa de João Escosteguy se destaca pelo uso das fontes, que utilizou da tradicional revisão bibliográfica

e inovou ao encarar o ambiente das redes sociais, em especial o Facebook, monitorado pelo pesquisador entre os anos de 2015 e 2017. O autor mapeou a ascensão da direita reacionária que se tornou hegemônica na cultura política de boa parte do Brasil, na virada da década de 20 do atual século, que vai desde um revisionismo histórico, o crescimento da popularidade de intelectuais de direita, à ascensão de movimentos liberal-conservadores-reacionários (ESCOSTEGUY FILHO, 2019).

Uma interessante análise sobre livros didáticos e a ditadura militar foi realizada por Helenice Rocha. Ela constatou que os autores apresentam mais dificuldade ao escrever sobre a ditadura militar no Brasil do que temas sobre a Nova Ordem Mundial, isto é, temas que fazem avaliações do contexto contemporâneo e projeções dos tempos vindouros, das temáticas que alcançam o século XXI (ROCHA, 2018, p. 102-103).

Em síntese, mesmo com as constatações e as denúncias acerca da ausência de negros e/ou de mulheres nos livros de História, sobre as imprecisões nos livros didáticos acerca da história indígena, considera-se que, no tempo presente, a escalada dos discursos de ódio ou mesmo a idealização da ditadura militar por setores mais conservadores é muito alarmante, e merece mais atenção nos debates. O retorno das ameaças ou mesmo de práticas que ferem o incipiente costume democrático nas instituições educacionais induz à avaliação de que a ditadura militar e as expressões da violência e do autoritarismo são os objetos que mais desafiam ações e reflexões no ensino de História, necessitando de maior atenção na produção de livros e materiais didáticos.

Quais seriam as formas de narrativa, as estratégias de ação, identificados nos discursos dos autores que trataram dos “temas sensíveis”? Grosso modo, pode-se apontar duas que se sobressaltam: uma aponta o papel pedagógico do “dissenso” e outra se autoafirma na tendência da “combatividade militante”. Considera-se aqui que o lugar do dissenso no ensino de História precisa ser mais discutido no Brasil e a “prática” da história engajada, uma ponderação.

A forma narrativa do “dissenso” não apresenta esse termo como algo negativo, mas como parâmetro para lidar com a diferença ideológica e a construção da democracia. Alguns textos ainda apresentaram certo zelo com a noção de evidência, fato histórico e verdade.

Na entrevista de Marieta Ferreira, há uma crítica implícita ao ímpeto militante – mais pertencente à esfera da vontade – dissociando-o das disputas

pela verdade em História, semelhante à contribuição anterior realizada de Vera Carnovale:

Agora, o problema que ocorreu em alguns projetos, naquela conjuntura dos anos 1990, principalmente 2000 – e acho que temos que tomar cuidado hoje de novo – foi uma sacralização da memória dos chamados grupos excluídos, das vítimas. [...] Uma coisa é a memória militante, outra coisa é o papel do historiador profissional. (FERREIRA, 2019, p. 229)

Ainda no conteúdo da entrevista, Marieta Ferreira não deixou de ressaltar um compromisso de luta na esfera social, como o combate às *fake news* ou *fake history*: “O que eu acho que é muito importante, hoje, para o professor de História, é ensinar a pesquisar. Ensinar a apurar as informações que são fidedignas” (FERREIRA, 2019, p. 237). Tal discussão entra na esfera dos critérios ou regimes de verdade. Na esfera didática, ela é diferente daquelas trazidas pela história da ciência ou pela epistemologia, seja na História, seja na Filosofia (ALMEIDA, 2016).

Com relação aos “critérios de verdade”, uma autora argentina traz um bom exemplo da prática docente na busca do conhecimento histórico mediante o ensino de técnicas de verificação da informação em sala de aula, sem deixar de utilizar ferramentas disponíveis ao grande público, como as “páginas web e com a enciclopédia digital e colaborativa Wikipédia”. De tal maneira,

professores orientam essas buscas autônomas de informação histórica: orientando-os em relação aos buscadores ou especificando palavras-chave e conectivos ou conceitos para a busca, solicitando a lista e ou os links das fontes consultadas, revisando sua pertinência com os alunos, “corrigindo-os com a web” ou explicando “os domínios das páginas mais confiáveis .edu .gov .org” [...] especificando “quais páginas não visitar”. (MASSONE, 2018, p. 151-152)

A forma narrativa denominada de “combatividade militante” privilegia a “história vista de baixo”, ressaltando uma pragmática da História e uma concepção do sujeito voluntarista, cujo discurso se volta para as rupturas – ou o desejo de rupturas –, para o direcionamento do futuro com mais liberdade, igualdade e justiça social. Numa disputa filosófica entre liberdade e determi-

nismo sobre o sujeito, a projeção de mudança para o futuro pende para o polo da liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte deste trabalho, foi possível pautar a preocupação com o contexto político do tempo presente, que é inicialmente mais visível por meio dos editoriais e das apresentações dos dossiês. Após a segunda edição, sob a direção de Paulo Mello, isso fica mais explícito nos textos dos artigos da revista. É justamente a partir da edição de número 13, referente ao ano de 2018, que Paulo Mello e os organizadores dos dossiês posicionaram-se de modo mais combativo no campo político, mostrando que o campo educacional estava sob ataque e a área de ensino de História demonstrava ter assumido uma posição de defesa. Se por um lado, nas últimas décadas, houve um avanço na legislação sobre algumas categorias caras ao ensino de História, cujos exemplos destacam o grande investimento no ensino da história e cultura de afro-brasileiros e da África, da história indígena e das questões de gênero, além de políticas de reparação social, por outro lado, tudo isso estava sendo ameaçado e o maior perigo visualizado era o projeto de lei “Escola Sem Partido”.

Mesmo em um contexto político desfavorável, reconhecem-se alguns avanços institucionais. Vários trabalhos foram originados de mecanismos que impulsionam a pesquisa no ensino de História e a reflexão dos profissionais envolvidos: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e o Programa Institucional de Residência Pedagógica (PIRP).

A projeção de um ensino mais claramente vinculado aos Direitos Humanos se destacou em três das quatro edições da revista que foram analisadas. Em maior relevo encontram-se as discussões das temáticas afro-brasileiras, levando consigo as preocupações das questões indígenas. As questões de gênero se fazem muito presentes, e muitas vezes aparecem vinculadas às discussões sobre o autoritarismo nas relações sociais e nas temáticas étnico-raciais. Mas um grande desafio está posto em relação ao nosso passado de ditaduras, não porque exista uma discordância interna no campo histórico, mas sim diante das estratégias de enfrentamento pouco firmadas, seja em relação à produção de materiais didáticos, seja em relação à prática nas escolas.

Com relação ao debate conceitual que buscava uma “pragmática” da utilidade do conhecimento histórico na formação dos sujeitos, além do conceito de “consciência histórica”, destacaram-se os de: “alteridade”, “estranhamento”, “identidade”, “sensibilidade”, “empatia” e “consciência política”. Já os textos de autores argentinos destacam o conceito de “terrorismo de Estado” junto com a “teoria dos dois demônios”.

Com relação aos valores e posicionamentos políticos, nota-se que as discussões permanecem enfatizando o aspecto transformador das realidades sociais – numa herança dos ideais marxistas –, agora mais voltados para a esfera das subjetividades acerca das demandas identitárias. Hoje, deixa-se de enfatizar o desejo da mudança da estrutura econômica rumo ao socialismo, para demonstrar discursos reformistas. Ainda que haja denúncias sobre a desigualdade econômica, elas deslocam a preocupação para os fenômenos do cotidiano que atuam na identidade dos sujeitos, daqueles “rejeitados” ou “excluídos” da história.

De modo completamente unânime, há o rechaço dos pesquisadores em relação aos projetos da “Escola Sem Partido”, citados para serem abertamente recusados em nome da liberdade de ensino e para serem explicitamente denunciados os seus componentes neoconservadores/reacionários. A tendência verificada é a de se fortalecer o compromisso com a utopia/justiça como exercício de liberdade para se pensar a possibilidade de “novos mundos”. Outra frente de combatividade ideológica mais contundente ocorre na vertente “culturalista”, nas denúncias contra o eurocentrismo, que muitas vezes ressaltam apenas uma negatividade, não se elaborando uma crítica mais seletiva.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo Santos de; CUNHA, Nara Rúbia de C. Cultura de história, história pública e ensino de história: investigação e formação de professores de história. *Revista História Hoje*, v. 8, n° 15, p. 111-134, 2019.
- ALMEIDA, Tiago Santos. *Georges Canguilhem: combates pela história das ciências*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- ANDRADE, Fabiano Viana. Ensino de história frente às tecnologias digitais: um olhar sobre a prática. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, p. 172-195, 2018.

- ANDRADE, Juliana Alves de; GIL, Carmem Zeli de Vargas; BALESTRA, Juliana Pirola. Ensino de História, Direitos Humanos e Temas Sensíveis. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 4-13, 2018.
- ARAÚJO, Marta; RODRIGUES, Anabela. História e memória em movimento: escravatura, educação e (anti)racismo em Portugal. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, p. 107-132, 2018.
- BALESTRA, Juliana Pirola da Conceição. Histórias vividas: usos do passado recente entre jovens estudantes. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 83-105, 2018.
- CARNOVALE, Vera. A dor do outro como tema nas aulas de história. Entrevistadores: Carmem Zeli de Vargas Gil; Juliana Alves de Andrade; Juliana Pirola Balestra. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 179-203, 2018.
- CARVALHO, Alessandra. Entrevistadores: Gabriel de Carvalho G. Castanho; Jorge Victor de Araújo Souza. *Revista História Hoje*, v. 6, n. 12, p. 122-129, 2017.
- CASTANHO, Gabriel de Carvalho G.; SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Apresentação: Propostas e desafios nos usos de documentos históricos em sala de aula. *Revista História Hoje*, v. 6, n. 12, 2017.
- DIAS, Carolina Kesser Barcellos; SEGER, Dayanne Dockhorn; OGAWA, Milena Rosa Araújo. Projeto Pipoca Clássica: o uso do cinema como ferramenta para discussão e ensino da Antiguidade Clássica. *Revista História Hoje*, v. 6, n. 12, p. 158-176, 2017.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Uma trajetória em (o que hoje chamamos) história pública. Entrevistadores: Miriam Hermeto; Rodrigo de Almeida Ferreira. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 223-238, 2019.
- GONZÁLEZ, Paula. La última dictadura argentina en el aula: entre materiales, textos y lecturas. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 60-82, 2018.
- HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Apresentação: Ensino de História e História Pública: um começo de conversa. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, 2019.
- KALLÁS, Ana Lima. Usos públicos da história: origens do debate e desdobramentos no ensino de história. *Revista História Hoje*, v. 6, n. 12, p. 130-157, 2017.
- LEYTON, Gabriela Vásquez; AGUSTÍ, María Sánchez; LARA, Nelson Vásquez. Los hechos históricos de la transición democrática chilena en las aulas de educación secundaria. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 106-127, 2018.
- MACHADO, Vanderlei; ABREU, Ana Paula Zini de. Entretecendo leituras: o protagonismo de mulheres negras e o uso de cordéis nas aulas de história da EJA do Colégio de Aplicação da UFRGS. *Revista História Hoje*, v. 6, n. 12, p.177-199, 2017.

- MASSONE, Marisa Raquel. Mutaciones de los materiales y las prácticas de lectura en la enseñanza de la Historia hoy. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, p. 133-157, 2018.
- MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 66-88, 2019.
- MELLO, Paulo Eduardo Dias de. Editorial. *Revista História Hoje*, v. 6, n. 12, 2017.
- MELLO, Paulo Eduardo Dias de. Editorial. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, 2018.
- MELLO, Paulo Eduardo Dias de. Editorial: Ensino de História: atuações em um tempo complexo. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, 2018.
- MELLO, Paulo Eduardo Dias de. Editorial. Caminhos plurais da pesquisa e do Ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, 2019.
- MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de história: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.
- NASCIMENTO, Carlos Eduardo Gomes. Pensar o passado, narrar a história dos afro-descendentes na Bahia: recontando a vida de Maria Felipa de Oliveira no ensino fundamental. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 263-277, 2019.
- OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. Apresentação: PNLD: memórias, tensões e desafios. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, 2018.
- PEREIRA, Danielle Krislaine; MIOTO, Luis Henrique; NODA, Marisa Noda. Dialogando com os indígenas sobre a lacuna da fala indígena nos livros didáticos. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, p. 41-62, 2018.
- PEREIRA, Júnia Sales. O PNLD em perspectiva. Entrevistadores: Sandra Regina Ferreira de Oliveira; Flávia Eloisa Caimi. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, p. 158-171, 2018.
- PINEAU, Marisa. África en Argentina: enseñando historia africana en las universidades argentinas. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 128-138, 2018.
- RAMOS, Márcia Elisa Teté; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. As sociedades indígenas nos livros didáticos de História: entre avanços, lacunas e desafios. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, p. 63-85, 2018.
- ROCHA, Helenice. Desafios presentes nos livros didáticos de história: narrar o que ainda está acontecendo. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, p. 86-106, 2018.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Ensino de história e a história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 89-110, 2019.
- SILVA, Alexandra Lima da. Folhas de ébano: (auto)biografias de escravizados e ensino de história. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, p. 263-284, 2018.

SOUZA, Vitor Leandro; MACHADO, Danubia de Araujo. “E o racismo no Vidigal?”: reflexões sobre a promoção da igualdade racial orientadas pelo ensino da História e da Matemática com recursos digitais. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, p. 239-262, 2018.

TRILLA, Jaume. Educación y valores controvertidos: Elementos para un planteamiento normativo sobre la neutralidad en las instituciones educativas. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 7, OEI, 1995.

XAVIER, Libânia Nacif. Rubim Santos Leão de Aquino (1929-2013): ensino e militância política na trajetória de um professor de História. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 278-301, 2019.

NOTAS

¹ A utilização do termo “ideologia” neste trabalho não assume a acepção de Karl Mannheim a qual opõe ideologia e utopia, tampouco a de Karl Marx que a percebe como mascaramento da realidade. Aqui o sentido da palavra é mais vulgar: reflete o modo que ela está sendo utilizada na cultura política, no sentido da identificação de grupos sociais por laços emocionais somado à “polarização” política de ideias, na esfera econômica – neoliberalismo e intervencionismo estatal – e nos costumes – conservadores/reacionários e progressistas.

² Nos textos analisados, utilizaram-se do termo “golpe” para se referir à interrupção do governo de Dilma Rousseff o autor de artigo João Carlos Escosteguy Filho e as organizadoras de dossiê Sandra Regina Ferreira de Oliveira e Flávia Eloisa Caimi. Mas todos os autores e organizadores dos dossiês demonstram forte desconforto com relação ao contexto político vivido.

³ Esta e as seguintes citações originalmente em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor deste artigo.

⁴ Ana Maria Monteiro se utiliza literalmente da palavra axiologização para tentar entender as dimensões da transposição didática. O termo refere-se aos “valores escolhidos pelos agentes da transposição, que é mais visível, por exemplo, no ensino da História e da Língua, mas que está presente em todas as disciplinas escolares (...) que se expressa na seleção cultural dos conteúdos a serem ensinados e na forma como eles são apresentados” (MONTEIRO, 2007, p. 92, 105). Neste trabalho, observa-se um padrão axiológico que engloba a defesa da história vista de baixo, as críticas à historiografia etnocêntrica calcada no eurocentrismo, a defesa do empoderamento das mulheres e do direito à igualdade das questões de gênero, e a necessidade de apresentar, na escola, uma postura ideológica necessariamente combativa às injustiças sociais, a defesa da pluralidade e da liberdade, que transfere ao professor da escola a crença no poder da educação de mudar a realidade social.

⁵ Após Vera Carnovale, Paulo Mello se utiliza do termo “negacionismo” nos editoriais números 14 e 15. Nesse último número, cujo dossiê versava sobre História Pública, houve

menção ao termo na apresentação do dossiê e em outros três artigos. Nas outras edições de 2019 e 2020, a palavra é utilizada em alguns textos. Antes de Carnovale, a palavra negacionismo ou negacionista só foi referida na *Revista História Hoje* uma única vez, em artigo publicado em 2014, que tratava de movimentos na internet de extrema-direita e de neonazistas: CARVALHO, Bruno Leal de. Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 5, p. 165-188, 2014.

⁶ Há outra denominação para os fenômenos de falseamento do conhecimento histórico, denominado por Sônia Meneses de “história abusiva”: “isso porque ela efetiva um tipo de produção que utiliza registros e fontes originais, teses e dissertações, mutilando resultados e conclusões de maneira a referendar seus argumentos” (MENESES, 2019, p. 78). Um artigo que também aborda a questão, voltado para o ofício do historiador, é BAETS, Antoon De. Uma teoria do abuso da História. *Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 65, p. 17-60, 2013.

⁷ Em entrevista via correio eletrônico, Paulo Mello demonstrou ter despendido atenção especial à seção “História Hoje na Sala de Aula”. Em dezembro de 2018, foi lançada uma chamada especial de artigos para essa seção, que se destinava a “reflexões e ou relatos sobre processos, dinâmicas, estratégias de ensino, procedimentos didáticos e/ou questões relacionadas ao ensino de História em Sala de Aula – os quais são preferencialmente, propostos por professores(as) que atuem na Educação Básica”. A intenção era atrair textos que tratassem da “liberdade de ensinar e aprender história hoje na sala de aula”, em um momento que se transbordavam as preocupações com ameaças e cerceamentos na docência. Conforme o próprio editor reconhece, os resultados da iniciativa foram modestos, embora, a partir de 2020, a seção tenha publicado uma quantidade de textos um pouco maior do que a média dos anos anteriores. Outra curiosidade dessa seção, a partir do período em que Paulo Mello esteve à frente da revista, é que a grande maioria dos autores com vínculo institucional na escola de educação básica tem ou teve vínculo recente com programas de pós-graduação. Muitos dos artigos foram publicados em coautoria, a maioria deles entre orientador e orientando no mestrado. A chamada de artigos para a seção “História Hoje na Sala de Aula” está disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/grupos-de-trabalhos/regras-para-constituicao-sp/item/4996-chamada-especial-de-artigos-para-a-secao-historia-hoje-na-sala-de-aula>. Acesso: abr. 2021.

⁸ A teoria dos dois demônios foi mencionada por Carnovale (2018), Balestra (2018) e González (2018). Indiretamente, Rovai (2019) exemplifica essa teoria no caso brasileiro ao analisar a Comissão da Verdade.

⁹ São os chamados “Sitios de Memoria del Terrorismo de Estado”, espaços devidamente sinalizados para fazer referência à memória de prisões clandestinas transformadas em monumento às vítimas do terrorismo de Estado argentino. Foram citados o “Espacio Memoria y Derechos Humanos” e o “Parque de la Memoria”, em Buenos Aires (BALESTRA, 2018, p. 99).

¹⁰ Uma avaliação negativa do impacto da internet foi empreendida num artigo que resultava de uma pesquisa com professores de uma escola: “grande parte dos docentes entrevista-

dos apresenta resistência em relação ao uso das TDIC em sala de aula, sobretudo, pelo fato de se sentirem despreparados.” (ANDRADE, 2018, p. 190). A pesquisa constatou que muitos docentes observavam que essas tecnologias eram significadas mais como concorrentes ou obstáculos do ensino do que como ferramentas que contribuíam ao processo de aprendizagem. E ainda, quando eram captados poucos exemplos do voluntarismo dos professores na utilização das ferramentas com acesso à internet, o estímulo institucional também era negativo.

Artigo submetido em 19 de maio de 2021.